

25 JUL 1985

A economia em tempo futuro *com Brasil*

Ninguém decerto se opõe às vistas do presidente José Sarney sobre a orientação da política econômica. Os objetivos por ele apontados, inclusive a assistência aos miseráveis, contam, sem dúvida, com a aprovação de todos. Faltaram, porém, na alocação presidencial, elementos de informação que pudessem convencer-nos de que tais objetivos poderão ser atingidos. Na verdade, o presidente Sarney arriscou-se muito ao anunciar fatos que talvez não se verifiquem. Escrever no futuro nem sempre desperta, na opinião pública, a adesão, sem a qual a política econômica perde sua eficácia.

O presidente José Sarney apresentou dados impressionantes sobre a evolução da taxa de inflação. Tomou por base a projeção anual da inflação trimestral e, assim, exibiu resultados surpreendentes, visto que a inflação declinou de 267%, em março, para 140%, em junho. Ao ressaltar esses resultados, o presidente da República se expôs, entretanto, a sério risco: o de ver-se obrigado a apresentar, nos próximos meses, resulta-

dos bem menos brilhantes. Com excessiva pressa, talvez, atribuiu ele os bons resultados da luta contra a inflação à execução de uma política antiinflacionária não-ortodoxa. Com efeito, não foi por meio da recessão que se conseguiu baixar a inflação nos três primeiros meses do governo da Nova República.

Não afirmariamos, como o presidente, que a política ortodoxa de combate à inflação seja a recessão. Após anos de estagflação nos países industrializados, sabemos não ser essa a receita eficaz. Mas o presidente não pode ignorar que seu governo optou também por um método pouco ortodoxo, a saber, o congelamento de preços e tarifas. Aprovamos essa medida porque acarretaria reversão de expectativa quanto à marcha da taxa de inflação. Era aceitável, porém, sob uma condição: de que fosse acompanhada de cortes drásticos nos gastos do setor público. Na vida econômica não existem políticas ortodoxas e não-ortodoxas, mas, apenas, políticas eficazes e ineficazes...

Realmente, inquieta-nos a nova situação a que o congelamento conduzirá, com os custos subindo em consequência dos novos encargos tributários lançados sobre as empresas. Os fatores inflacionários subsistem, e só a redução real do déficit público poderia neutralizar os novos fatores.

O presidente da República, que, com ênfase, sustentou ser a inflação o pior inimigo do povo, comprometeu-se a conter os gastos públicos e anunciou o saneamento financeiro das empresas estatais, assegurando que estas não transferirão para o setor privado suas tarifas abusivas. Declarou-se disposto a responsabilizar os administradores de empresas estatais que não respeitarem os limites dos gastos. Comenta-se também, por outro lado, que o governo pretende absorver a dívida externa de algumas empresas estatais, recebendo, em contrapartida, ações que poderia vender no mercado para ressarcir-se das perdas. Só podemos desejar que tudo isso se verifique.

Com base nesse quadro de redu-

ção do déficit público por meio do corte nas despesas foi que o presidente José Sarney afirmou que as taxas de juros baixarão, uma vez que o setor público pressionará bem menos o mercado financeiro e a colocação líquida de títulos da dívida pública será, neste segundo semestre, muito menor do que foi no primeiro. Se isso realmente acontecer, não há dúvida de que as taxas de juros podem cair — mas desde que a base monetária esteja sob controle. Até agora, sabe-se que, neste mês de julho, a base monetária voltou a dilatar-se, fenômeno que parece indicar que não se exerceu o desejado controle do déficit. Sabe-se também que as taxas de juros continuam excessivamente elevadas em consequência da avidez do setor público.

O presidente José Sarney será julgado com base naquilo que anunciou. Quanto aos princípios, todos estão de acordo. Como será, porém, a realização concreta? Dentro de alguns meses, saberemos se ele tem o crédito de confiança que a opinião pública hoje lhe concede.